



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

A CRIANÇA DE ZERO A QUATRO ANOS QUE NÃO FREQUENTA A EDUCAÇÃO INFANTIL: O RETRATO DE UMA COMUNIDADE EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Ana Lucia Castilhano de Araújo*
(UESB)

RESUMO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre crianças pequenas que estão fora da Educação Infantil, e aborda uma “ocupação” situada no Alto da Boa Vista, bairro de Vitória da Conquista. Apresentamos, neste texto, dados sobre as famílias destas crianças, tendo como referencial de análise os parâmetros da sociologia da infância, este texto traz uma parte fundamental da pesquisa: o contexto familiar das crianças. Procura-se, ao traçar os perfis das famílias investigadas, atentar para a contextualização da realidade da infância de 0 a 4 anos na ocupação estudada.

PALAVRAS-CHAVE: infância, educação infantil, família.

Este texto apresenta dados sobre crianças de zero a quatro anos em uma ocupação na cidade de Vitória da Conquista-BA. Estes dados fazem parte de uma pesquisa que aborda as crianças que estão fora da educação infantil: como vivem, e as razões para não frequentarem creche e pré-escola. Apresentamos alguns dados oficiais sobre a população do município estudado, para contextualizar a vida das pessoas pesquisadas, e dados da própria pesquisa: a história de formação da comunidade, sua organização e relações com a creche do bairro.

* Ana Lucia Castilhano de Araújo, docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, doutoranda do PPGE-UFSCar. Pesquisa financiada pela CAPES. E-mail: castilhano@gmail.com



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Vitória da Conquista se localiza no centroeste baiano, possuindo uma população de 262.494 pessoas no censo de 2001, com estimativa para o ano de 2005 de 285.927 pessoas⁷⁹. Possui uma Universidade Estadual, desde os anos de 1980, e uma unidade da Universidade Federal da Bahia, bastante recente (cursos da UFBA) e mais quatro faculdades privadas com propostas de cursos em acelerada expansão. É a terceira maior cidade da Bahia, e a segunda maior cidade do interior deste estado, ficando atrás somente de Feira de Santana. A renda per capita média do município era de R\$ 204, 90 em 2000, com uma proporção de pobres de 41,8% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2005).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁸⁰ de Vitória da Conquista em 2000 era de 0,708. De acordo com avaliação do PNUD⁸¹, o município é considerado como região de médio desenvolvimento (IDH entre 0,5 e 0,8), ocupando um lugar médio quando em comparação com os demais municípios do país (51% deles em melhor posição, contra 48% em pior ou igual situação). Comparando Vitória da Conquista com outros municípios do estado da Bahia, sua posição é a 18ª, sendo considerados em melhor situação 4,1% do total de municípios, contra 95,5% em situação igual ou pior.

O acesso da população aos serviços básicos cresceu nos últimos 10 anos, tendo a porcentagem de domicílios urbanos com água encanada aumentado de 61,3% em 1991, para 74,7% em 2000. A de energia elétrica de 87,3% em 1991, para 93,7 em 2000; e de coleta de lixo de 81,0% para 94,4% no mesmo período. Os especialistas no estudo e discussão da pobreza concordam que não é apenas o acesso da criança à alimentação que determina ou afeta o seu desenvolvimento, mas, certamente, as condições de higiene e saneamento. Esta preocupação está presente nos textos que tratam do assunto. De

⁷⁹ Censo 2001. www.ibge.org.br/SIDRA. Acesso em 27/05/2005.

⁸⁰ Publicado em 1998, o índice é organizado segundo as dimensões de renda, educação, infância, habitação e longevidade da população. (Disponível no site: www.undp.org.br/HDR/Atlas).

⁸¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

acordo com Monteiro (2004, p.88), a redução da desnutrição está ligada à cobertura de serviços básicos de saúde, renda familiar, e abastecimento de água. Recorremos ao autor para deixar clara a importância dada à questão do saneamento, e para esclarecer porque ela consta como índice de desenvolvimento nos documentos que tratam do assunto.

POPULAÇÃO

A população de 0 a 4 anos no município de Vitória da Conquista em 2001 era de 25.195 crianças, das quais 20.304 com idades de 0 a 3 anos e 4.891 com 4 anos.

Pode-se chegar facilmente ao cálculo de 19.446 crianças de 0 a 4 anos que não foram matriculadas em instituições de Educação Infantil, sejam elas creches ou pré-escolas. Em porcentagens, teremos (de acordo com dados do IBGE de 2003): 40% das crianças de 0 a 6 anos que são atendidas pela Educação Infantil têm 6 anos, e somente 15% estão na faixa dos 0 a 3 anos. Assim, este é um dos motivos para a escolha da faixa etária de 0 a 4 anos como população para este projeto de pesquisa, uma vez que são as crianças que, de acordo com os dados, estão fora da instituição educacional.

Tabela I82 Matrículas de crianças em creches e pré-escolas em Vitória da Conquista.

Vitória da Conquista			
Total	1.415	8.370	9.785
Rede Federal	0	0	0
Rede Estadual	55	190	245
Rede Municipal	704	3.333	4037
Rede Privada	656	4.847	5503

⁸² Fonte: INEP (Censo Escolar 2006), divulgadas no site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm>, Acesso em 31/01/2007.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

O texto do Plano Nacional de Educação estabeleceu como meta um aumento de 30% do atendimento às crianças de até 3 anos e 60% da população de 4 e 5 anos em cinco anos. E, até 2010, o prazo para totalizar 50% da população de até 3 anos e 80% das crianças de 4 e 5 anos atendidas. (BRASIL, 2001). Entretanto, de um canto a outro do país esta meta tem encontrado dificuldades em ser atendida. Esta situação pode ser acentuada pela implantação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que acrescentou mais um ano ao Ensino fundamental pela incorporação das crianças de 6 anos a este nível da Educação Básica.

Até a implantação do FUNDEB, sempre foi presente no atendimento à criança pequena, uma disputa entre as secretarias de assistência e educação. Com as alterações da LDB (Lei 9394/96) designando a Educação Infantil como 1ª etapa da Educação Básica, instalou-se uma crise entre as Secretarias de Educação e de Assistência Social. Esta divisão de um mesmo objetivo entre duas secretarias mostra o problema da falta de integração entre os setores governamentais. Barreto (2003, p.64) ressalta que “o financiamento é apenas um instrumento das políticas públicas”, considerando necessário acabar com o embate entre as secretarias na divisão de responsabilidades e de recursos. Ainda é cedo para estimar com segurança sobre o quadro da Educação Infantil em Vitória da Conquista e no restante do país. Entretanto, pode haver sinais de mudanças em decorrência da promessa do FUNDEB de amparar a todas as etapas da Educação Básica (Emenda Constitucional nº 53, 2006). No município de Vitória da Conquista, o problema do financiamento à Educação Infantil mostra sinais de mudança na passagem já anunciada de toda a rede de creches municipais para a supervisão da Secretaria de Educação.

Deise Gonçalves Nunes (2002), ao discutir a incorporação da educação infantil aos sistemas municipais de ensino, ressalta o papel da descentralização na construção



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

da democracia “entendendo que a escola é um espaço privilegiado para a construção de novos instrumentos gestores que estabeleçam novas mediações entre o homem e a sociedade”.

Considera-se, então, a construção conjunta dos processos de municipalização, descentralização e democratização na medida em que o município se aproxima da comunidade criando formas de administração participativa que considera a diversidade das experiências sociais das famílias, suas necessidades seus modos de vida.

Diante do que foi exposto, é importante ressaltar que não se trata de institucionalizar a criança pequena simplesmente para corrigir quadros de miséria e delinqüência no país, mas, sim, de pensar a questão pela ótica dos direitos da infância. Documentos do Banco Mundial se propõem a justificar a importância da educação para crianças menores de 6 anos (PENN, 2002,p.12), diminuindo a distância que se alastra ao longo dos anos entre pessoas que podem ou não ter acesso aos bens culturais da humanidade.

Situação das Creches em Vitória da Conquista

Em um estudo na cidade de Vitória da Conquista sobre as políticas públicas para a Educação Infantil, Brandão (2004) demonstrou que não há dados sobre a demanda de vagas para este nível educacional, assim como sobre o número de crianças em idade de 0 a 5 anos que estão fora das instituições de atendimento à criança pequena. No entanto, este não é um problema específico desta administração ou da região. Os dados a respeito dessas crianças são obscuros de um canto a outro do país, uma vez que as Secretarias de Educação não procuram identificar a demanda ou atribuem esta função a outras instâncias (como o governo federal, por exemplo).

A fragilidade das estatísticas oficiais torna o planejamento e o atendimento da demanda algo ainda mais difícil. No estudo de Brandão (2004), a Secretaria de Educação desconhece a demanda da população pela Educação Infantil, e justifica, tanto a ausência



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

de informações a respeito deste assunto como de políticas para o atendimento a esta parcela da população, com a ausência de verba específica para este nível de educação.

Em Vitória da Conquista, algumas creches estão sob a jurisdição da Secretaria de Desenvolvimento Social. (BRANDÃO,2004). Como há pré-escolas que funcionam em escolas do Ensino Fundamental, e outras que funcionam em creches, há também uma clara divisão de metas, objetivos, metodologias, como no restante do país.

Até o ano de 1996, as 11 creches (5 municipais e 6 conveniadas) existentes no município atendiam a 1.100 crianças de 2 a 6 anos. Se, no decorrer de nove anos, o número de crianças atendidas duplicou, ainda assim não houve avanços em termos do atendimento àquelas com idade abaixo de 2 anos. Em 2001, foram atendidas 1.382, quando a população total na faixa de 0 a 4 anos era de 25.195 crianças. Do total de 18 creches em funcionamento em 2005 (sendo que mais duas conveniadas estão em processo de credenciamento⁸³) no município de Vitória da Conquista, 9 são conveniadas e 9 exclusivamente municipais⁸⁴ (Secretaria Municipal de Educação, 2005)⁸⁵.

Para complementar as informações sobre a situação das creches no município de Vitória da Conquista, realizamos um levantamento junto à Secretaria de Educação e junto a um conjunto de creches municipais e conveniadas. A partir de agora estaremos discutindo os dados da pesquisa, os quais, ainda que sejam dados de contextualização da criança frente às políticas públicas e grupo social (família, bairro), servem como fonte para compreender seu modo de vida, sua história, enfim o seu contexto.

Dispomos, a seguir, os dados gerais sobre demanda e critérios para concessão de vagas das creches, levantados em entrevistas realizadas entre setembro e novembro de

⁸³ Segundo dados da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista disponível nos site www.pmvc.com.br

⁸⁴ O atendimento à criança pequena no município é prestado via creches (a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Social) e via pré-escolas (para crianças de 4 a 6 anos, a cargo da Secretaria de Educação). Neste levantamento, abordamos apenas a realidade das creches.

⁸⁵ Dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Secretaria de Educação, www.pmvc.com.br



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

2005. Entrevistamos 9 diretoras de creches sendo 5 destas conveniadas e 4 municipais. Os dados que se seguem servem, portanto, de amostragem para compreender o universo no qual a pesquisa se situa.

As creches funcionam em bairros periféricos. Sua localização nas cercanias das residências das famílias usuárias evidentemente facilita o acesso das crianças. A Creche União e Força se localiza em um bairro de classe média (longe das periferias), próxima da ocupação que é a principal beneficiada pelos seus serviços.

Em Vitória da Conquista, a decisão por manter uma lista de espera (com informações sobre número de crianças, idades) é tomada pelas diretoras das creches. O mesmo vale para a elaboração de critérios de concessão de vagas, que variam muito de uma creche a outra por se tratar de uma decisão particular de cada diretoria. A Secretaria de Desenvolvimento Social não desenvolve nenhum tipo de discussão (com pais, diretoras, professoras) ou orientação sobre como proceder para atender à demanda (sempre maior do que o número de vagas oferecidas).

Uma grande parte das diretoras (todas elas das creches municipais) entrevistadas demonstrou preocupação (sob a forma de questionamentos sobre como se deveria fazer) com o atendimento à demanda, sentindo falta de uma política comum determinada a partir da Secretaria de Desenvolvimento Social. Algumas expressam indecisão com relação ao que consideram um dilema entre privilegiar as vagas para crianças filhas de mulheres trabalhadoras ou para crianças em geral, por ordem de inscrição. De qualquer forma, 100% das creches entrevistadas afirmaram atender prontamente às crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar em razão de risco à sua saúde por desnutrição ou violência doméstica. Estas se encaixam em um grupo de crianças com prioridade sobre as vagas.

Somente duas creches (conveniadas) atendem a crianças menores de dois anos, uma delas com atendimento para uma clientela específica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; e a outra, situada em um bairro de classe média, atendendo a



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

crianças oriundas de uma ocupação vizinha. A justificativa para a inexistência de berçário nas creches é a mesma na Secretaria de Desenvolvimento e nas creches: a grande responsabilidade e o alto custo de um serviço como este. Apenas uma creche possui espaço físico adequado para a implantação de um berçário⁸⁶, tendo oferecido este serviço por poucos meses. O espaço destinado ao berçário foi ocupado por 2 turmas de 2 anos.

O atendimento a crianças de zero a três anos também foi constatado como problemático no estudo de Mota e Albuquerque (2002), sobre demanda no município do Rio Grande (no Rio Grande do Sul), inviabilizando a busca de dados acerca da demanda para essa faixa etária nas instituições educativas.

Quanto à situação da demanda, nem todas as creches mantêm listas de espera, e muitas desconhecem a real demanda, além de constatarem que “é grande”. Algumas diretoras mantêm suas listas guardadas ou tentam segui-la na atribuição de vagas quando há alguma criança desistente. Outras alegam ter desistido. A principal razão declarada para desistirem da lista de espera é a dificuldade para lidar com a frustração das comunidades e da própria creche por não conseguirem atender às necessidades das famílias⁸⁷.

De acordo com o levantamento realizado junto às diretoras de creches, cada localidade apresenta maior demanda para uma faixa etária. Em alguns bairros, a maior demanda é para crianças de quatro anos, em outros, a demanda significativa é para crianças de dois anos. As razões para estas diferenças podem variar, desde a dificuldade para encontrar quem fique em casa com crianças de quatro anos, até mesmo a necessidade das mães de crianças de dois anos de retornarem ao trabalho depois da maternidade. Segundo a diretora de uma das creches, esta seria a principal razão para a

⁸⁶ 70% das creches funcionam em casas alugadas, gerando problemas como a inadequação do espaço para as crianças, e a rotatividade da creche, porque, muitas vezes, o contrato acaba ou o aluguel sobe muito. O restante funciona em terrenos doados por empresas ou entidades. Somente esta creche foi construída para ser uma creche modelo, com estrutura para berçário e lactário.

⁸⁷ Dados levantados em entrevistas com diretoras de creches municipais e conveniadas.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

demanda por vagas para crianças de quatro anos (sua creche possui 4 turmas desta idade): o cuidado das crianças a cargo das avós, e a dificuldade destas de “darem conta” de crianças mais velhas, que já saem sozinhas, e buscam “novidades” na vizinhança, se afastando de casa.

Um aprofundamento deste tema seria interessante em um estudo mais detalhado sobre a demanda, e idades que podem ser consideradas emergenciais para as famílias buscarem a creche como opção. Em situações nas quais os pais das crianças contam com os avós, pode-se considerar o indicativo de que a procura pela creche ocorra em idade mais avançada da criança (justamente em torno dos 4 anos). Esta inferência se dá com base nas informações coletadas nas entrevistas com as diretoras e no levantamento efetuado na comunidade estudada.

Uma das creches visitadas estabeleceu a partir do ano de 2004 o critério de concessão de vagas para os irmãos das crianças já matriculadas na creche. A diretora alega para o uso deste critério o fato de achar que a “ajuda” dada às mães atendendo a apenas uma parte de suas crianças é incompleta, o que pode impossibilitá-la de trabalhar. A creche exige das mães comprovação de emprego como condição para matricular as crianças. Diante deste dado, pode-se perceber que o critério de mãe trabalhadora ainda orienta a política de atendimento das creches, como critério de concessão de vagas. No discurso das diretoras entrevistadas, a preocupação com os critérios, muitas vezes, vinha acompanhada de comentários sobre as mães que se declaram trabalhadoras (algumas delas apresentando atestado de emprego) apenas para conseguirem matricular os filhos na creche.

A lógica do atendimento às crianças como suporte à mãe trabalhadora aparece mais claramente no critério de vagas para os irmãos das crianças já matriculadas na Creche Padre Benedito (creche municipal). Nestes casos, a idéia da prestação de um serviço às famílias trabalhadoras parece mais evidente do que o direito da criança à



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

educação infantil, sendo que este não foi citado em nenhum momento pelas diretoras entrevistadas.

Em um texto intitulado *A mulher, a criança e seus direitos*, Maria Malta Campos (1999) analisa o cruzamento entre a questão trabalhista e a questão educacional no tocante à Educação Infantil no Brasil. É histórica a conexão entre o direito da mãe trabalhadora (aquela que se organizava para exigir educação e cuidados para seus filhos pequenos) e o direito de sobrevivência e de educação das crianças. Entretanto, a autora alerta para a necessidade de se considerar o argumento de que a socialização da nova geração é uma tarefa da sociedade e não apenas da mulher que é mãe (CAMPOS, 1999). Da mesma forma, o direito à educação é da criança, embora não pareça fácil para a sociedade operar sob um ponto de vista que considera a criança pequena como um sujeito de direitos.

Uma solução para atender à demanda encontrada em outra creche foi realizar um esquema de contagem de faltas das crianças, as quais não podem exceder a 15 faltas não justificadas, o que é considerado como desistência, por parte da direção. A diretora informa este critério como uma solução para o problema das vagas, e, na verdade, é um critério destinado à "criação de vagas".

Assim como no restante do país, o atendimento à criança pequena em Vitória da Conquista tem aumentado em níveis significativos, embora os problemas em relação ao tipo de atendimento e cumprimento de algumas normas ainda permaneçam. Os números alcançados são decorrentes, principalmente, da iniciativa de órgãos de classe na criação de creches conveniadas, e do processo de redução da permanência das crianças de quatro e cinco anos de turno integral para meio turno.

Diante da indefinição de diversos aspectos importantes do trabalho cotidiano da Educação Infantil no Brasil, as diretoras convivem com problemas e decisões solitárias. Discutir o assunto tendo em vista o ECA88, os direitos da criança,

⁸⁸ Estatuto da Criança e do Adolescente.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

certamente facilitaria decisões que, muitas vezes, precisam ser particulares, referentes àquela comunidade.

O PNE prevê expandir a cobertura do atendimento na pré-escola para 80% das crianças de quatro a seis anos e oferecer creches para metade das crianças brasileiras de 0 a 3 anos até 2011. Este é um desafio que, para ser cumprido de forma a respeitar os direitos das crianças, deve considerar alguns pontos importantes: o atendimento pleno para as crianças de zero a três anos; o cumprimento das listas de espera com critérios baseados no direito da criança à educação; a garantia de verba própria para o desenvolvimento do trabalho pedagógico; o investimento na formação do quadro de professores.

Por enquanto, ainda permanecem critérios e meios de organização locais nas creches, muitos deles baseados em concepções e tentativas pessoais, sem um processo de discussão na rede a respeito, tanto sobre os critérios válidos naquela comunidade ou município, como das reais possibilidades de se aumentar as vagas cobrindo o atendimento, não só às crianças de quatro a seis anos, mas, também, às de zero a três anos. Porque, como constata os demais estudos sobre demanda, os direitos das crianças pequenas ainda permanecem sem cumprimento.

A História da Ocupação do Alto da Boa Vista⁸⁹

A história da ocupação do Alto da Boa Vista mostra o modo como as famílias de algumas das crianças participantes desta pesquisa chegaram a Vitória da Conquista e passaram a viver nesta cidade. Certamente podemos dizer que o fato de haver crianças com o perfil para esta pesquisa na ocupação (isto, é, crianças que não estão freqüentando a educação infantil) se deve, em grande medida, a uma organização familiar que se originou na própria formação da comunidade. Os principais fatos desta

⁸⁹ Os nomes das pessoas citadas neste texto não são fictícios.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

formação serão relatados adiante, como forma de montar o que Lahire (2004) chamou de tela onde as vidas das crianças podem ser pintadas.

Neste item estarão dispostos dados sobre a história da comunidade em geral. Os pormenores ou aqueles dados mais específicos de cada família participante farão parte do perfil de cada criança (que constarão no capítulo seguinte). As referências a alguns depoimentos estarão ilustrando a história comum do grupo aqui relatado.

A comunidade referida é uma ocupação existente há 18 anos, que faz parte do bairro Alto da Boa Vista. Esta área passou a ser habitada em razão de loteamentos que previam a organização do bairro em propriedades grandes, entre chácaras (com 5.000m) e terrenos de 1.000m. Conseqüentemente, casas grandes foram construídas no local, que, apesar de ainda contar com extensas áreas desocupadas, possui construções luxuosas e muros muito altos. Na ocasião da autorização para lotear a área alta da cidade, foi planejada uma área verde que deveria ser desenvolvida posteriormente para lazer. Foi nesta área, uma faixa de cerca de dois quilômetros ao longo da encosta do Alto da Boa Vista voltada para o bairro Candeias, que um grupo de pessoas começou a cercar lotes e a residir no local com suas famílias. D. Marlene⁹⁰ conta que houve muita dificuldade durante o processo de ocupação daquele território por conta da chegada de pessoas de várias partes e da invasão de alguns lotes já demarcados ou já com os alicerces das casas feitos.

O contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais com representantes na Santa Marta⁹¹ deu a algumas famílias a notícia sobre a ocupação que se iniciava então (este foi o caso de D. Marlene). Na maioria dos casos, outros membros das famílias vieram de outras cidades e da zona rural, já sabendo da ocupação. Isso deu à

⁹⁰ Avó materna de duas crianças participantes da pesquisa, em relato registrado em Diário de Campo de 12 de julho de 2006.

⁹¹ A Santa Marta é citada como um bairro por muitos moradores da cidade, mas é uma área com característica ainda rural do município, se bem que atualmente esteja localizada praticamente dentro da área urbana, graças à proximidade com o Campus da UESB de Vitória da Conquista. Lá existem chácaras e sítios onde se empregam vários trabalhadores rurais, dos quais alguns residem na ocupação do Alto da Boa Vista.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

comunidade uma composição de indivíduos aparentados e relacionados entre si, o que também contribuiu para um determinado quadro de organização e relações familiares.

A formação da Creche União e Força e da ocupação seguiram trajetórias amparadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista. De acordo com os relatos⁹² de D. Hilda, diretora fundadora da creche⁹³, tomaram a frente algumas pessoas ligadas à Associação de Moradores, catadores de café que procuravam lugar para deixar os seus filhos, e iniciaram o processo de ocupação da área pertencente à Prefeitura, ao mesmo tempo em que encaminhavam a reivindicação para a implantação da creche.

D. Hilda conta que alguns proprietários antigos iniciaram um processo de ameaças pessoais e judiciais contra as pessoas que estavam à frente da ocupação. Ainda hoje há um processo montado pelos donos de terrenos na área contra a Prefeitura, que é responsabilizada pela ocupação do que seria uma área verde do bairro. Não há escrituras das casas, e alguns moradores representam a comunidade junto ao Conselho de Habitação, na tentativa de resolver a questão.

Posteriormente, outros grupos se juntaram à comunidade, assim como famílias de outras localidades começaram a usufruir da creche. De acordo com relato de D. Marlene⁹⁴, havia também pessoas que trabalhavam na Santa Marta, em trabalho rural, assim como famílias que residiam em sítios e chácaras próximas cuja função era “tomar conta” da propriedade.

A situação da ocupação foi de resistência às investidas dos proprietários vizinhos e corretores que viam na presença das famílias uma ameaça à sua segurança e à

⁹² Diário de Campo de 23 de janeiro de 2006.

⁹³ D. Hilda é idealizadora e fundadora da Creche União e Força. Atualmente, administra e cuida dos contatos com empresários e instituições, em relação a doações, parcerias e contatos. Esta é uma função fundamental em uma creche conveniada, que não tem uma cobertura completa da Prefeitura em termos de financiamento e estrutura física. O prédio e a estrutura da creche ficam por conta das associações, sindicatos, enfim, da entidade que a idealiza.

⁹⁴ Diário de Campo de 12 de julho de 2006.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

valorização de suas propriedades. De acordo com depoimento⁹⁵ da filha de um dos fundadores da ocupação, “eles achavam que nós éramos mendigos”.

Em meados de 2006, a Prefeitura começou a enviar funcionários para medir os terrenos a fim de emitir documentação das casas para as famílias. D. Marlene⁹⁶ conta, satisfeita, que a documentação deve sair em breve, e que isso lhes dará finalmente, o reconhecimento da posse de suas residências.

A Localização da Ocupação

A comunidade está localizada em uma ponta do Alto da Boa Vista, próxima à Lagoa de Decantação da EMBASA⁹⁷. Esta lagoa é, na verdade, um centro de tratamento que recebe esgoto da área nobre da cidade. A área ocupada se localiza em uma região de grande especulação imobiliária, com vários benefícios em torno (como a pavimentação de uma grande avenida que corta a cidade de um lado a outro, um shopping center já anunciado a funcionar nas proximidades). Esta área foi comercializada em lotes de 1.000m e as construções são sempre luxuosas e amplas, sendo os proprietários médicos, advogados, ou empresários (alguns, antigos na área).

Vitória da Conquista tem se destacado no cenário baiano pelo crescimento de seu setor imobiliário, grande parte em razão do implemento de três faculdades particulares na cidade (duas delas localizadas no bairro Candeias) e pelo aumento na oferta de cursos da UESB.

Apresentamos, a seguir, dados sobre a constituição do espaço da comunidade e sua organização, assim como dados dos moradores. Considerando a família como unidade de proteção social, socialização e transmissão de capital cultural e econômica aos indivíduos, pode-se depreender, nesta comunidade, algumas estratégias de

⁹⁵ Depoimento concedido espontaneamente durante entrevista com S. Nena, um dos fundadores da ocupação.

⁹⁶ Diário de Campo _____.

⁹⁷ Empresa Baiana de Água e Saneamento.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

sobrevivência decorrentes do aproveitamento da territorialidade e dos arranjos familiares.

A Rua J. Pedral é a principal rua da comunidade, a que tem o maior número de casas e por onde passa o ônibus que atende ao Alto da Boa Vista. A ocupação é constituída por três ruas paralelas e três transversais ao longo das quais se distribuem as suas 136 casas. O processo de ocupação se iniciou na faixa correspondente a esta rua, para posteriormente avançar na direção da encosta. O limite das duas ruas paralelas à Rua J. Pedral é dado pela encosta do morro.

Os Moradores da Comunidade

Conforme já mencionamos anteriormente, a comunidade estudada é formada por pessoas oriundas de áreas da zona rural do município de Vitória da Conquista e de outras regiões. Os hábitos são ligados à cultura rural, como os passeios pela rua em finais de semana, o acolhimento a novas pessoas e visitantes, a boa vontade para conversar no portão. É possível, observando as pessoas na rua, perceber que o contingente de adultos é grande, e, dentro deste grupo, o de pessoas idosas.

A sociabilidade dos indivíduos desta comunidade tem como particularidade a convivência estreita entre os seus membros. A comunidade se isola em um meio (o meio da classe média) com o qual as suas relações são resumidas ao trabalho ou à assistência social (como é o caso das colaborações de pessoas na causa do grupo junto à Prefeitura e demais instituições; ou as entidades que vão à comunidade para doar roupas e alimentos). É uma característica a convivência estreita e o casamento dentro da própria comunidade⁹⁸.

⁹⁸ Os dados que nos levam a constatar isso não foram investigados como objetivo desta pesquisa. Sendo assim, foi feito um levantamento sistemático sobre o assunto. Eles foram levantados a partir das entrevistas com as famílias das crianças que participaram da pesquisa de maneira informal.

Podemos destacar, na organização familiar, a proximidade entre os membros da família: nuclear⁹⁹ e parentela. Além do grande número de parentes residentes na vizinhança, os finais de semana (sábados à tarde e domingo) são especialmente deixados para as visitas. As ruas se enchem de gente, crianças em roupas domingueiras, meninas de cabelos arrumados, adolescentes com os cabelos lavados.

Pode-se observar que muitas das residências (em geral, fechadas de segunda a sexta-feira) são abertas (portas e janelas) nos sábados e domingos. O som de música das casas chega até a rua, que se enche de gente. Os homens se reúnem em grupos para jogar bola (usam uniformes do time) ou para conversar. As crianças pequenas passeiam de mãos dadas com os adultos, e as maiores jogam bola ou conversam entre si.

Tabela II. Total de residências com e sem crianças.

	Total	%
Residências	136	100
Com crianças	104	76.5
Sem crianças	32	23.5

Tabela III. Total de residências por situação.

		%
Residências	136	100
Próprias	130	95.6
Alugadas	3	2.2

⁹⁹ Referimo-nos à família nuclear como aquele núcleo composto por pai, mãe, filhos.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Cedidas	3	2.2
---------	---	-----

Do total de 136 residências, 104 possuem crianças de 0 a 16 anos. Foram declaradas sem crianças 32 casas, ocupadas por jovens casais, casais de idosos¹⁰⁰ e pessoas solteiras. Das 136 residências, 130 são próprias, restando apenas 3 declaradas como alugadas e 3 como cedidas. As casas foram construídas pelos moradores, ao longo dos 18 anos de existência da ocupação.

Muitas das casas se encontram em construção, outras sem acabamento externo ou interno. As pessoas têm o hábito de deixar suas portas abertas e, por vezes, é possível observar o seu interior pelo lado de fora.

Várias das residências da ocupação possuem jardim, muro e garagem. Boa parte delas não conta com espaços nas laterais, mas apenas na frente e nos fundos. É comum identificar casas sem acabamento ou com o interior em piso de terra batida (como é o caso da casa de Geovane).

Em geral, há uma família em cada casa. As casas mais pobres, com aspecto mais precário são exatamente as que abrigam um número maior de famílias, geralmente, decorrente de casamentos dos filhos ou gravidez das filhas com permanência na casa dos pais (este é o caso de Geovane). As famílias mais antigas são aquelas que conseguiram resguardar áreas para os filhos construírem suas casas também. Por ocasião da ocupação, as famílias vinham ao local, marcavam os terrenos e avisavam outros parentes sobre a situação. Isto fez com que a comunidade, ainda que tenha uma história amparada na luta de trabalhadores rurais por moradia e creche, se compusesse de pessoas com vários tipos de ocupação.

Realizamos um levantamento da escolaridade e ocupação dos adultos residentes na comunidade do Alto da Boa Vista. Os dados estão apresentados em tabelas separadas por sexo: masculino e feminino. Existem ocupações bastante comuns entre os adultos

¹⁰⁰ Durante a aplicação dos questionários, os casais idosos com netos muitas vezes os declaravam como residentes em suas casas, até que ficasse esclarecido que, embora a criança pudesse passar o dia lá, ela morava com os pais em outra casa.

residentes, e procuramos mostra, por meio desses dados, mais um aspecto do contexto das crianças pequenas estudadas.

Tabela V. Escolaridade dos adultos (pessoas acima de 18 anos)¹⁰¹

Escolaridade	Número de Pessoas	Porcentagem
Não alfabetizado	26	16.2%
Somente alfabetizado	35	21.7%
1 ^a a 3 ^a série do EF*	26	16.2%
Até a 4 ^a Série do EF*	37	22.9%
5 ^a a 8 ^a Série	23	14.3%
E. Médio	9	5.6%
E. Superior (incompleto)	3	1.8%
Sem declaração	2	1.3%
Total	161	100%

* EF- Ensino Fundamental.

¹⁰¹ Tabela organizada a partir do modelo do IBGE para dados de escolaridade. www.ibge.org.br

Tabela VI. Ocupação dos moradores do sexo masculino da comunidade do Alto da Boa Vista¹⁰².

Ocupação	Quantidade	Porcentagem
Pedreiro	14	13.6%
Ajudante de Pedreiro	13	12.5%
Trabalhadores Rurais (agricultores, tratadores de animais, jardineiros, etc.)	11	10.7%
Autônomo	9	8.5%
Vigilantes	7	6.6%
Carroceiros	6	5.7%
Vendedor	3	2.9%
Indústria de Calçados	3	2.9%
Porteiro de Condomínios	3	2.9%
Empresa Atacadista	3	2.9%
Prefeitura	2	1.92%
Marmoraria	2	1.92%
Indústria de Laticínios	2	1.92%
Pintor	1	0.96%
Cortador de Tecido	1	0.96%
Balconista de Bar	1	0.96%
Pizzaria	1	0.96%

¹⁰² As ocupações listadas abaixo foram declaradas pelos moradores entrevistados.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Cobrador de Ônibus	1	0.96%
Padeiro	1	0.96%
Madeira	1	0.96%
Ajudante de Trator	1	0.96%
Frentista	1	0.96%
Marceneiro	1	0.96%
Lavador de carros	1	0.96%
Informática	1	0.96%
Motorista	1	0.96%
Empresa de Refrigeração	1	0.96%
Aposentado	9	8.7%
Sem declaração	3	2.9%
Total	104	100%

Tabela VII. Ocupação dos moradores do sexo feminino da comunidade do Alto da Boa Vista.

Ocupação	Quantidade	Porcentagem
Doméstica ¹⁰³	45	78.9%
Camareira	1	1.75%
Artesã	1	1.75%
Operadora de Máquinas	1	1.75%
Agente comunitária	1	1.75%
Cooperativa	1	1.75%
Auxiliar de Dentista	1	1.75%
Indústria de Calçados	1	1.75%
Sem declaração	5	8.8%
Total	57	100%

Observa-se nas tabelas VI e VII o grande contingente de pessoas da comunidade que exercem funções ligadas à construção civil e serviços de faxina e trabalho doméstico (colocadas nas ocupações de pedreiro, ajudante de pedreiro, e domésticas para as mulheres). Isso mostra a inserção desses trabalhadores nos postos de emprego de maior demanda nas proximidades. A construção de prédios e casas residenciais está em crescimento no bairro Candeias, o que tem gerado empregos para este setor. Além disso, a população do bairro (composta por profissionais como advogados, médicos, vereadores, fazendeiros) demanda os serviços de mulheres de renda mais baixa como

¹⁰³ Foi perguntado aos moradores sobre as atividades desempenhadas fora de casa. O motivo para essa discriminação foi exatamente registrar a situação da criança pequena em decorrência da ausência de seus pais (se ambos os pais trabalhavam, com quem ela ficaria, onde ficaria, e assim por diante). Entretanto, dado o grande número de mulheres que se declararam “domésticas”, é possível que tenham se esforçado para aparecer como trabalhadoras fora de casa.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

babás, cozinheiras, domésticas e diaristas¹⁰⁴, sendo estas as principais alternativas para as mulheres que desejam trabalhar.

Pode-se considerar a escolaridade dos membros ativos deste grupo como um dos fatores de vulnerabilidade¹⁰⁵, que ainda permanece como preponderante nos tipos de ocupação exercidos. 70% das mulheres se declaram domésticas, diaristas ou lavadeiras e 14% dos homens se declaram pedreiros (que é uma profissão que, em geral, não cria vínculo ou algum tipo de estabilidade no trabalho). O restante das ocupações está ligado a funções de carroceiros (a ampla área aberta do Alto da Boa Vista propicia condições para a criação e o manejo de animais para carroça: burros e cavalos, que são soltos nas áreas abertas e se alimentam do capim), vigias, ajudantes de pedreiros.

Há diversos aposentados que residem na área e muitos deles não só oferecem abrigo, como também organizam as vidas dos filhos, netos e sobrinhos, desempenhando um papel primordial na dinâmica da comunidade¹⁰⁶. Estes moradores iniciaram o processo de ocupação, enfrentaram as pressões das diversas instâncias para que desocupassem a área, reivindicaram a instalação de serviços públicos de água e luz, e a expedição de documentação de suas casas. Muito da vida dessas famílias que participaram das primeiras ações da ocupação gira em torno destas pessoas.

A inserção da comunidade em bairro valorizado cujos moradores possuem belas casas propicia vantagens, tanto na proximidade, para os postos de trabalho (setor de construção, condomínios, famílias empregadoras de domésticas, etc), quanto para usufruir dos serviços públicos (água e saneamento, luz, creches públicas, postos de

¹⁰⁴ Sendo esta distinção feita apenas aqui, no texto, pois na tabela estas funções se configuram todas sob a denominação “doméstica”.

¹⁰⁵ Além da escolaridade, podemos apontar alguns problemas que têm se agravado em relação ao mundo do trabalho, discutidos amplamente por alguns autores, que são considerados conseqüências do processo de globalização. Novas relações no mercado de trabalho e perda de alguns direitos trabalhistas (como o processo de terceirização de serviços). As características das políticas públicas brasileiras que desde a década de 1990¹⁰⁵ tem composto um quadro cada vez mais acentuado de responsabilização das próprias famílias pelo êxito ou fracasso econômico e social de seus membros (CARVALHO e ALMEIDA, 2003). Aumento da seletividade patronal, que não se restringe às grandes cidades, mas também chega a Vitória da Conquista.

¹⁰⁶ “Seu” Nena é um exemplo de idoso que guarda uma relação deste tipo com as filhas, sobrinhas e netos. Suas netas freqüentam a creche, e ele não se cansa de elogiar o trabalho de D. Hilda na Creche União e Força.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

saúde). A organização familiar, com a proximidade de parentes, auxilia principalmente as famílias que possuem filhos pequenos. Esta característica é importante para auxiliar as mães na procura e manutenção do trabalho. Tanto o gasto com alimentação, saúde, vestimenta da criança quanto a necessidade de contar com auxílio para saírem para o trabalho deixam as famílias com crianças pequenas em situação de dependência de um suporte para o cuidado infantil. Neste pormenor, é bom destacar a avaliação de Carvalho e Almeida (2003) segundo a qual “famílias com filhos mais novos ou chefiadas por mulheres têm alta probabilidade de serem pobres ou muito pobres.” Isto acontece em razão das poucas oportunidades encontradas pelas mulheres, diante da necessidade de cuidar dos filhos pequenos.

Em relação às vagas em creche para as crianças, pode-se considerar a localização da comunidade como um fator favorável: as únicas creches públicas existentes no bairro são a Creche Bem Querere, que atende a filhos de funcionários, alunas e professores da UESB (e que é conveniada com a Prefeitura); e a Creche União e Força, a 100m da ocupação do Alto da Boa Vista.

Há diversas creches particulares¹⁰⁷ na região, considerando, inclusive, o documento do INEP (dados de 2004), com 4.123 matrículas na pré-escola do ensino privado (em um total de 25.195 crianças de 0 a 4 anos). O que se observa é que, diante da situação de outras creches em Vitória da Conquista (em bairros grandes e ocupados,

¹⁰⁷ Na verdade, há o registro de três creches com nome de creche, mas as crianças a partir de 2 anos são admitidas nas escolas que atendem à Educação Infantil, sendo oito escolas no bairro Candeias. Normalmente, as famílias de classe média preferem matricular suas crianças nas escolas. Em parte, pode-se considerar a pouca oferta de creches, mesmo as particulares. Este é um serviço caro, e, enquanto o valor mensal de uma criança na escola (neste bairro) pode ficar entre R\$70,00 e R\$200,00, nas creches o valor da criança por um turno de permanência fica em torno de R\$350,00, a depender da instituição, sem refeições.

A entrada das crianças de 2 anos em escolas com tradição no Ensino Fundamental e mesmo Médio aponta para uma realidade de escolarização precoce das crianças com idades abaixo dos 3 anos, que é a idade limite para o trabalho de creche. Observa-se, tanto na conformação do espaço que acolhe a criança, como nas atividades e exigências para a sua permanência na “salinha”, um ambiente educacional escolar. As crianças de 2 anos executam tarefas em livros didáticos onde fazem cópias de letras, passam, muitas vezes, por um processo apressado de uso do banheiro (muitas famílias esperam até mais tarde para executar o treino da criança no uso do banheiro, e quando levam os pequenos para a “escolinha” é exigido que elas estejam livres da fralda). O sono das crianças muitas vezes é desrespeitado, principalmente no período da manhã, quando muitas ainda sentem sono. O resultado é sentido nos inícios de ano, quando a criança ainda não se adaptou a esta nova ordem disciplinar, e isso se reflete em choro e stress que pode comprometer uma série de questões relativas às relações dela com a instituição escolar.

em quase sua totalidade, por pessoas de baixa renda), a comunidade do Alto da Boa Vista conta com uma estrutura interessante por falta de concorrência na localidade pelas vagas. Como consequência, a quase totalidade das crianças pequenas da comunidade se encontra na creche.

Apresentamos, a seguir, alguns dados quantitativos das crianças da comunidade estudada em aspectos como a frequência ou não das crianças à creche e outros espaços educacionais formais; informações sobre o número de crianças de zero a quatro anos, o que, apesar da importância como dado referente a esta comunidade, mostra apenas uma ínfima parcela da situação da população infantil de Vitória da Conquista e do Brasil. Em seguida, iniciaremos a discussão sobre o espaço da criança desta comunidade, tanto o espaço externo, com suas relações com o entorno social (o bairro, a cidade), como o espaço das residências.

Gráfico II. Crianças fora da creche por idade.

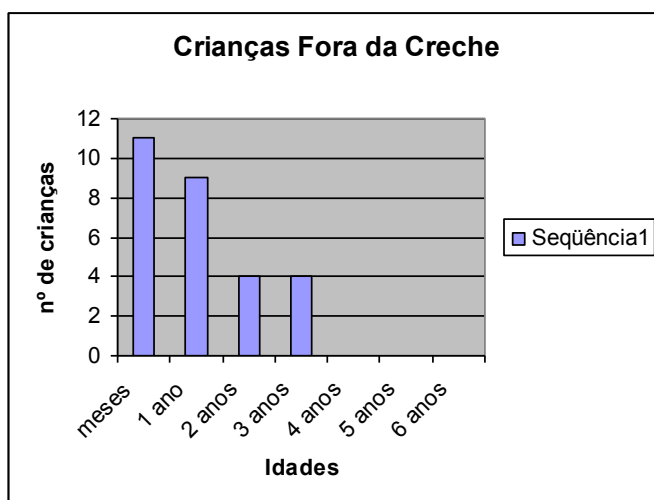
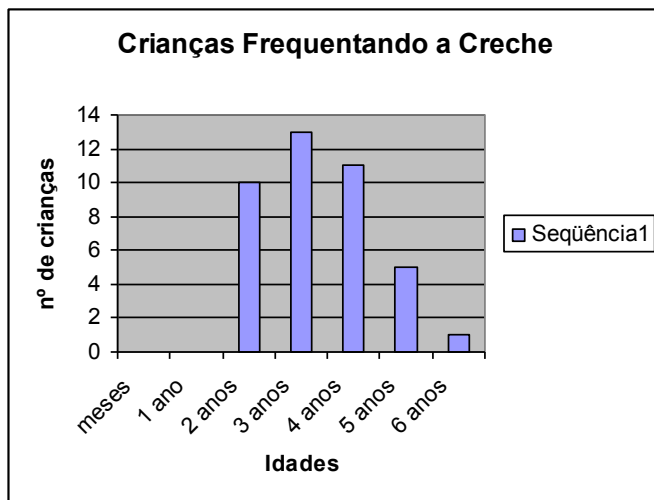


Gráfico I. Crianças freqüentando a creche por idade.



Conforme o gráfico acima, as crianças de 0 a 4 anos residentes na comunidade que estão freqüentando creche ou pré-escola, somam 85%. Apenas 2.5% do total conta seis anos. Isso mostra a inserção das crianças de seis anos no ensino fundamental, mesmo no período de transição entre o FUNDEF e o FUNDEB. Observa-se, também, a queda expressiva na presença de crianças de cinco anos nas instituições de educação infantil, certamente pelo mesmo motivo. Há uma cultura na cidade de Vitória da Conquista que valoriza a alfabetização precoce da criança (isto é, antes dos sete anos), e que faz com que pais de classes trabalhadoras paguem escolas de bairro para terem seus filhos alfabetizados, independente dos critérios utilizados pela escola pública (que prevêm a alfabetização das crianças entre seis e sete anos). Aparentemente, este dado também aparece nesta comunidade¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Além da inferência pelos valores da tabela, esta conclusão se apóia nos diários de campo, nas falas dos pais das crianças que, preocupados com a escolarização dos filhos, discutem sobre boas escolas públicas e suas alternativas



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Conforme se pode observar no gráfico 01, a totalidade das crianças residentes entre zero e um ano (20 crianças) não freqüentam creche ou qualquer instituição de atendimento à criança pequena. Este número passa a se tornar significativo a partir dos dois anos, idade de aceite da criança pequena nas instituições públicas de educação infantil. A faixa etária com maior freqüência na creche é a de três anos, perfazendo 32.5% nesta comunidade.

Havia, entre janeiro e setembro de 2006, quatro crianças na idade de dois anos e 4 crianças na idade de três anos sem matrícula em creche ou pré-escola, totalizando 28.4% do total. Percebe-se que a idade crítica de entrada da criança na creche é de dois anos, cuja porcentagem de permanência fora da educação infantil é a mesma.

Estes dados estão de acordo com a situação do município e do restante do Brasil. Em linhas gerais, a idade de ingresso da criança na Creche União e Força é de um ano e oito meses, a despeito do esforço para a implantação de um berçário para atender aos bebês. Na verdade, mesmo nesta comunidade, embora exista a declaração de que a Creche União e Força atende a criança com menos de dois anos, não se presta atendimento aos bebês, mas a crianças com pouco menos de dois anos, sendo um requisito o fato da criança poder se manter de pé, e estar em vias de deixar as fraldas. Neste texto, procuramos mostrar um quadro de uma comunidade na cidade de Vitória da Conquista considerando sua história de formação e organização diárias em torno da vida de suas crianças pequenas. Embora estudos que procurem mostrar as vidas das crianças junto às suas famílias sejam escassos, acreditamos que esta realidade seja semelhante a muitas outras ao longo deste país. A migração de famílias da zona rural para as cidades, ou de cidades menores para outras de maior porte, à procura de melhores chances de sobrevivência, é uma característica que certamente deve estar presente em muitos outros lugares. Da mesma forma, as relações da comunidade

para garantirem boas instituições para as crianças, cogitando, inclusive, a possibilidade de se esforçarem para matriculá-las em escolas particulares que atendam às suas expectativas de aprendizagem. Há escolas particulares em Vitória da Conquista que possuem preços acessíveis a pessoas com renda menor, além da possibilidade da família pleitear uma bolsa de estudos para a criança, a depender da política da escola.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

estudada com os serviços públicos e, mais especificamente, a creche, também não são fatos isolados sem correspondência com outras realidades.

REFERÊNCIAS:

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Site: www.undp.org.br/HDR/Atlas Perfil Municipal- Vitória da Conquista (BA). Consulta em 12/01/2005.

BARRETO, Ângela Maria Rabelo Ferreira. A educação infantil no contexto das políticas públicas. Revista Brasileira de Educação. Set/out/nov/dez. 2003, nº 24.

BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. Políticas públicas em Educação Infantil. Dissertação de Mestrado. UFSCar, Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Metodologia do Ensino. 2004.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 de julho de 1990.

BRASIL, Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação- subsídios para elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. Brasília: INEP. 2001.

CAMPOS, Maria Malta. A mulher, a criança e seus direitos. Cadernos de Pesquisa, nº 106, março 1999.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de, ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. In: São Paulo em Perspectiva, 17 (2): 109-122, 2003.

LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. Trad. Ramon Américo Vasques, Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática. 2004.

MONTEIRO, Carlos Augusto. Pobreza, desnutrição e fome no Brasil: implicações para políticas públicas. In: Velloso e Albuquerque (org.). A Nova Geografia da Fome e da Pobreza. Rio de Janeiro: José Olympio. 2004.

MOTA, Maria Renata Alonso, ALBUQUERQUE, Simone Santos de. Demanda por Educação Infantil no Município do Rio Grande-RS. 25ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 22 a 26 de setembro de 2002.

NUNES, Deise Gonçalves. Sistemas municipais de ensino e educação infantil. ANPEd, 25ª Reunião Anual. Caxambu. 2002.

PENN, Helen. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. Cadernos de Pesquisa. Campinas-SP: Autores Associados. Nº 115. 7-24, março/2002.